

INTERFACES INTERDISCIPLINARES NA POLÍTICA
INTERNACIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS
SOBRE A CRISE DO REALISMO E A EMERGÊNCIA DE
NOVOS CONCEITOS

LEONARDO QUEIROZ LEITE

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Contato: leonardo.queirozleite@gmail.com

INTERFACES INTERDISCIPLINARES NA POLÍTICA INTERNACIONAL: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CRISE DO REALISMO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS CONCEITOS

Leonardo Queiroz Leite

RESUMO: Esse trabalho tem por objetivo apresentar algumas discussões teóricas que compõem o campo da Política Internacional e das Relações Internacionais. Dessa maneira, tentaremos compreender o diálogo da Política Internacional com as muitas perspectivas interdisciplinares que permeiam essa esfera, propondo-se a explorar e a analisar a relação da crise do realismo teórico com os chamados “novos temas” com outros importantes aspectos das Relações Internacionais como, por exemplo, a segurança internacional e seu nexó crítico com os problemas ambientais globais. O trabalho aborda o debate conceitual sobre o alargamento do alcance operacional do conceito de segurança internacional, o qual passa a abarcar várias variáveis até então marginalizadas no debate teórico desse campo, tomando como base do pensamento de Barry Buzan. Portanto, buscar-se-á explicar como a segurança internacional opera em estreita relação de complementaridade com as várias esferas que compõem as relações internacionais, explorando algumas perspectivas teóricas importantes que tocam nessa questão. Serão igualmente apresentadas algumas considerações à luz do pensamento de Fred Halliday, ressaltando a importância da atuação dos novos atores sociais nas Relações Internacionais e destacando a importância da atuação desses novos protagonistas em questões transnacionais. Em suma, buscar-se-á esclarecer que os novos temas e, em especial o meio ambiente, passaram a representar elementos estratégicos das Relações Internacionais do período pós Guerra Fria, conforme evidencia a preocupação do próprio Conselho de Segurança da ONU com as questões ambientais e as várias cúpulas promovidas pela ONU e pelos Estados para tentar buscar soluções viáveis que conciliem meio-ambiente, desenvolvimento econômico e interesses políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Política Internacional; Crise do Realismo; Teoria das Relações Internacionais; Segurança Internacional; Novos Temas nas Relações Internacionais.

INTERDISCIPLINARY LINKS IN INTERNATIONAL POLITICS: BRIEF THEORETICAL CONSIDERATIONS ABOUT THE CRISIS OF REALISM AND THE EMERGENCE OF NEW CONCEPTS

ABSTRACT: This work presents some theoretical discussions in the field of International Politics and International Relations. Thus, we try to understand the dialogue of International Politics with the many interdisciplinary perspectives that permeate this sphere, proposing to explore and analyze the relationship of the crisis of theoretical realism with the so-called "new issues" with other important aspects of international relations as for example, international security and its connection with critical global environmental problems. The paper deals with the conceptual debate on extending the operating range of the concept of international security, which shall

encompass several variables hitherto marginalized in theoretical debates in this field, based on the thought of Barry Buzan. Therefore, it will seek to explain how international security operates in close complementary relationship with the various spheres that make up international relations, exploring some theoretical perspectives that touch on this important issue. Some considerations in the light of the thought of Fred Halliday will be presented, emphasizing the importance of the role of new social actors in international relations and the importance of the performance of these new actors in transnational issues. In short, we will seek to clarify that the new issues and in particular the environment, came to represent the strategic elements of the International Relations of the post Cold War period, as evidenced by the concern of the Security Council UN environmental issues and the various summits organized by the UN and the states to try to find workable solutions that balance environmental, economic and political interests.

KEYWORDS: International Politics; Realism crisis; International security; International Relations Theory; New issues in International Relations

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar algumas discussões teóricas que compõem o campo da Política Internacional e das Relações Internacionais. Dessa maneira, tentaremos compreender o diálogo da Política Internacional com as muitas perspectivas interdisciplinares que permeiam essa esfera, propondo-se a explorar e a analisar a relação da crise do realismo teórico com os chamados “novos temas” com outros importantes aspectos das Relações Internacionais como, por exemplo, a segurança internacional e seu nexos crítico com os problemas ambientais globais.

O trabalho aborda o debate conceitual sobre o alargamento do alcance operacional do conceito de segurança internacional, o qual passa a abarcar várias variáveis até então marginalizadas no debate teórico desse campo, tomando como base do pensamento de Barry Buzan. Portanto, buscar-se-á explicar como a segurança internacional opera em estreita relação de complementaridade com as várias esferas que compõem as relações internacionais, explorando algumas perspectivas teóricas importantes que tocam nessa questão.

Serão igualmente apresentadas algumas considerações à luz do pensamento de Fred Halliday, ressaltando a importância da atuação dos novos atores sociais nas Relações Internacionais e destacando a importância da atuação desses novos protagonistas em questões transnacionais. Em suma, buscar-se-á esclarecer que os novos temas e, em especial o meio ambiente, passaram a representar elementos estratégicos das Relações Internacionais do período pós Guerra Fria, conforme evidencia a preocupação do próprio Conselho de Segurança da ONU com as questões ambientais e as várias cúpulas promovidas pela ONU e pelos Estados para tentar buscar soluções viáveis que conciliem meio-ambiente, desenvolvimento econômico e interesses políticos.

PARTE I – O FIM DA GUERRA FRIA E AS MUDANÇAS ANALÍTICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DA CRISE DO REALISMO

Com o fim do sistema internacional bipolar e com o advento de uma nova ordem mundial pós-Guerra Fria, inaugurou-se uma crise de identidade do realismo, que passou a não mais conseguir explicar uma série de acontecimentos que ganharam cada vez mais espaço com o fim das polaridades, como por exemplo, a aumento vertiginoso da interdependência econômica, a globalização e suas contradições flagrantes, o conflito norte-sul e a complexa problemática do desenvolvimento dos países recém libertos do neo-colonialismo.

Logo, é necessário que se faça uma breve contextualização da referida época a fim de que se possa explicar esse período de transição: o surgimento de muitos Estados após a descolonização afro-asiática, a crescente relevância de temas que iam além das preocupações no âmbito militar, a revolução da informação aliada à incorporação de atores não governamentais às relações internacionais deram grande fôlego à corrente institucionalista liberal em contraposição ao realismo predominante entre os analistas do período da Guerra Fria.

O fato de a teoria dos liberais ter ganhado credibilidade à época deve-se ao desenvolvimento de uma densa rede de instituições internacionais que, aliada à crescente interdependência global que se deu após a Segunda Guerra Mundial, abriu caminho para a preponderância do “soft power” sobre o “hard power”.

Nesse contexto, emerge com grande vigor a Teoria da Interdependência Complexa, proposta por Robert Keohane e Joseph Nye, a qual enxerga as relações internacionais como sendo protagonizada por uma grande variedade de atores, tais como organizações internacionais, organizações não-governamentais, opinião pública, mídia, empresas multinacionais etc, sendo o Estado apenas um dos atores.

Ademais, tal proposta teórica defende a existência de uma agenda múltipla e diversa, a ausência de hierarquias entre os temas da agenda, a porosidade cada vez mais evidente entre o doméstico e o internacional, e a utilidade decrescente do uso da força, uma vez que a interdependência e os laços econômicos cada vez mais estreitos virtualmente excluem a utilização do poder militar para fins bélicos.

A corrente institucionalista liberal impõe certos questionamentos fundamentais à abordagem realista, uma vez que esta se mostra incapaz de compreender e explanar eficazmente as relações internacionais, não levando em conta as implicações determinantes da interdependência na condução da política internacional.

O neoinstitucionalismo liberal compreende e explica o período pós Guerra Fria com mais desenvoltura e precisão porque considera os desafios da nova agenda política internacional, tais

como a criação de um mercado financeiro global, a ação determinante das grandes corporações multinacionais e a atuação crucial das organizações internacionais no sentido de promover a cooperação e a negociação como formas de solucionar conflitos.

O neo-realismo, que em oposição argumenta que as instituições internacionais simplesmente refletem os interesses de poder entre os Estados, sendo os arranjos institucionais somente úteis quando os interesses nacionais forem satisfeitos. Assim, essa corrente teórica sustenta que as instituições internacionais são simplesmente um resultado dos cálculos de poder baseados nos interesses individuais dos Estados. Além disso, a perspectiva neo-realista lança um olhar cético sobre a cooperação, apontando a preocupação constante com os ganhos relativos dos outros atores e inquietação com a possibilidade de traição e não cumprimento dos acordos como os maiores entraves ao comportamento cooperativo dos Estados. Ou seja, a cooperação tem limites bem estreitos de acordo com o neo-realismo, sendo constrangida pela lógica dominante da competição pela segurança. (MEARSHEIMER, 1994). Em suma, de acordo com a concepção neo-realista, pode-se afirmar que enquanto os Estados estiverem preocupados com a sua sobrevivência e dotados de capacidades próprias para tal, é inócuo falar em institucionalização das relações internacionais e em uma ordem cooperativa global.

Assim sendo, para que se compreenda devidamente tal crise do paradigma realista, é de fundamental importância destacarmos a preponderância que o chamado “soft power” passou a ter sobre o “hard power”. A relevância que os temas de “low politics” adquire nesse período realça a importância de temas relacionados à economia, meio-ambiente e desenvolvimento, em contraste com a ênfase nas áreas de segurança e defesa e temas político-militares tão recorrentemente privilegiados durante todo o século XX. Assim sendo, no âmbito da segurança internacional, constata-se a necessidade da formulação de novas concepções teóricas com capacidade explicativa suficiente para abranger as enormes transformações políticas, econômicas, sociais e militares que ocorridas após a queda do muro de Berlim.

PARTE II – PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO ALARGAMENTO DO CONCEITO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Entendida a conjuntura que origina as mudanças fundamentais no quadro teórico e explicativo das teorias de Relações Internacionais, observa-se que na década de 1980 iniciou-se o alargamento do conceito de segurança no contexto da reorganização das Relações Internacionais pós-Guerra Fria, com a redefinição e a ampliação da agenda de segurança internacional. Assim, a noção de segurança vista apenas como confronto militar abre espaço epistemológico a novas

concepções de segurança. O teórico Barry Buzan (2003) defendeu um novo conceito de segurança que deveria transcender as noções de defesa militar.

Em suas publicações, uma das contribuições ao tema da segurança foi a ampliação desse conceito para os campos econômico, societal, ambiental e político, em detrimento das preocupações belicosas. Buzan afirma que o conceito de segurança foi dominado pela idéia de segurança nacional em termos estritamente militares, enquanto outros fatores também afetavam os países e a própria existência humana como, por exemplo, a economia e o meio ambiente. Para o autor, esses fatores podem ser tão importantes quanto os militares.

Buzan (2003) discute que há diferentes níveis em que a segurança deve ser tratada: individual, nacional ou internacional. Segundo essa perspectiva teórica, há cinco setores que afetam a segurança da coletividade humana: *segurança militar*, que trata da ofensiva armada e da capacidade de defesa dos Estados, levando em conta, sobretudo, a percepção da ação dos outros Estados; *segurança política*, que se refere à estabilidade organizacional dos Estados e aos seus sistemas de governo; *segurança econômica*, que engloba as questões econômico-financeiras necessárias ao sustento e ao poder do Estado; *segurança societal*, que concerne à sustentabilidade, às condições de evolução dos padrões lingüísticos, culturais e religiosos e às identidades nacionais; e por fim, *segurança ambiental*, que diz respeito à preservação da biosfera como um fator fundamental para as sociedades.

Essas cinco esferas da segurança estão inter-relacionadas e coexistem em uma relação de complementaridade. Ele aponta que dentre as razões que justificam a ampliação do conceito de segurança estão a necessidade de absorver realidades que estão em transformação no mundo devido à crescente densidade do sistema internacional, a oportunidade de “securitizar” novos temas particulares defendidos por grupos sociais e a incorporação do tema segurança de uma maneira mais fluida e ilimitada pelo campo das Relações Internacionais.

Isso se justifica pela complexidade cada vez maior das redes de interação mundiais, vinculadas à interdependência entre os Estados e à globalização. Após o fim da União Soviética, por exemplo, vê-se o surgimento de fenômenos como o nascimento de diversas minorias étnicas na Rússia, problemas ambientais como o efeito estufa, a diminuição da camada de ozônio e o aquecimento global e problemas migratórios, dentre outros que pedem um arcabouço explicativo e analítico que supere as limitações dos paradigmas clássicos de segurança e militarismo

A securitização de novos temas supracitada é outra contribuição inovadora de Buzan para o tema da segurança. Securitizar um tema consiste em colocá-lo no alto em uma escala de valores se comparados a outros temas. O termo segurança promove uma prioridade de ações sobre o tema. De acordo com referido autor, a condição para que um determinado assunto torne-se um assunto de segurança é que ele seja construído como um tema que represente uma

ameaça existencial e que isso seja incorporado na agenda política. Logo, para securitizar um tema não é necessário que ele seja realmente uma ameaça existencial real, mas sim que argumentos convincentes façam desse tema um tema mais importante que outros, e portanto merecedor de prioridade. Para Buzan, a segurança é, então, auto-referencial.

É importante destacar que a securitização passa por relações de poder, ou seja, a decisão de tornar um tema uma questão de segurança é definida pelos grupos sociais com poder de voz e de ação. Assim, a securitização pode ser um instrumento para beneficiar interesses de grupos. Buzan chama a atenção para o fato de que além da importância de se securitizar um tema, é importante medir as consequências e os impactos que isso traz na sociedade. Securitizar envolve interesses e os setores nacionais e militares de defesa dominaram a agenda política para centralizá-la na segurança em termos militares. Para Buzan, embora a segurança seja intersubjetiva e socialmente construída, o seu sentido acabou permanecendo limitado. Daí a importância de suas contribuições para a ampliação da concepção de segurança.

A importância do alargamento do conceito de segurança é também a percepção de que os Estados e as populações são afetados por uma gama muito grande de fatores que abrangem diversos domínios, não apenas o militar. Por fim, Buzan valoriza a segurança internacional enquanto agente das relações das coletividades humanas em termos de ameaças e vulnerabilidades.

Em conclusão, tal ideia de “broadening” abordada e trazida por Buzan trouxe elementos novos de contestação e explicação de que o período Pós-Guerra Fria alertava e confirmava uma nova visão para os estudos de segurança, ao lhe conferir uma ligação aos novos temas na década de 1990. No que se refere a essas teorias contemporâneas de segurança ampliada, no Brasil, o trabalho do professor Rafael Antônio Duarte Villa (1999) torna-se paradigmático, uma vez que atualiza e inclui a literatura brasileira de segurança internacional nas discussões mais atuais. Assim, a sua tese será nossa base argumentativa, a fim de compreender quais os limites de uma segurança ao mesmo tempo global e multidimensional. O estudo de Villa (1999) possui um valor considerável na bibliografia brasileira sobre segurança, uma vez que utiliza como preceito metodológico a exatidão teórica que teorias realistas e neo-realistas possuem em compreender as modificações percebidas com o fim da bipolaridade e da Guerra Fria.

Nesse processo, pensar a dimensão global multidimensional significa pensar em termos sociais, portanto internacionais, de modo que são os “novos temas” originados da crise do realismo, que permeiam a natureza societal, pela consolidação da atuação de diversos atores transnacionais. Ora, nesses termos, a perspectiva teórica (neo) realista passa a ser inadequada para o entendimento da atuação de atores não-estatais, visto que tem formulado uma confirmação das relações puramente interestatais. Portanto,

[...] a natureza societal tanto dos novos fenômenos quanto dos agentes transnacionais decorre do surgimento de uma noção de segurança internacional diferente da tradicional visão nacional de natureza estratégico-militar, centrada no Estado e procurada via acréscimo de poder relativo. (VILLA, 1999:43)

Uma nova visão, proposta por Villa pelo conceito de “Segurança Global Multidimensional” (doravante SGM), somente pode ser compreendida após o entendimento dos processos de transnacionalização, da atuação dos atores transnacionais, especialmente não-estatais e da mudança do sistema internacional, de um sistema bipolar para um multipolar, ou como policêntrico, conforme termos do autor.

Segundo Villa, tratava de ser um trabalho introdutório, a fim de promover a discussão das concepções de Buzan pelos acadêmicos brasileiros. Assim, “[a] expectativa do autor é de que esse trabalho possa representar uma real contribuição para fazer avançar o estado da arte nas pesquisas relativas ao tema da segurança internacional contemporânea.”

Sobretudo na década de 1970, os estudos acadêmicos em Relações Internacionais já apontavam para um sistema internacional interdependente, cujas características essenciais passavam a ser mais contundentemente influenciadas por atores não-estatais, como companhias privadas e organizações civis sem fins lucrativos. Além desse fato, o desenvolvimento do Direito Internacional, fruto do aumento e escopo de organizações internacionais intergovernamentais, corroborava que interesses internacionais podiam modificar interesses nacionais em política internacional.

Autores como Robert Keohane (1984; 1998; 2001), Joseph Nye Jr. (2004) mostram em seus estudos que a preponderância econômica de fato começava a ditar novas regras internacionais, em meio ao processo conhecido como *détente*. Para Villa (1999), não se deve, entretanto, estranhar essa ênfase economicista: é preciso levar em consideração que a produção de tal consciência deu-se numa época em que as mudanças econômicas e técnicas começavam a pressionar o desenho de uma ordem internacional de vários centros de poder estatal.

De tal modo, nas fases “quentes” da Guerra Fria era diminuída a visibilidade de qualquer processo que não se ligasse intrinsecamente à polarização bipolar entre Leste-Oeste e à temática do confronto bélico nuclear. Nisso, a centralização do debate sobre segurança nacional e internacional esquecia a emergência de temas fora das interpretações (neo) realistas sobre o contexto internacional, não atentando para a magnitude da explosão demográfica, do fenômeno migratório, dos desequilíbrios ecológicos globais, do narcotráfico e do acesso a tecnologia. Destarte, as preocupações com a Guerra Fria, o drama que representava a possibilidade imediata da deflagração de um conflito nuclear e a extinção conseqüente da espécie humana relativizavam a importância das causas dos efeitos dos processos em curso. Ou seja, a importância da Guerra

Fria ocultou e retardou a compreensão dos novos riscos representados pelos fenômenos de explosão demográfica, migrações populacionais e desequilíbrios ecológicos.

Sendo assim, com o fim da Guerra Fria e da bipolarização, abre-se espaço para a emergência desses novos temas na agenda internacional que trazem à tona a necessidade da descentralização da tomada de decisões pela própria natureza dos riscos que não é mais oligopolizada, por alguns Estados, como no caso das armas nucleares àquela época. Ainda de acordo com Villa (1999:13) “[...] a mudança não é na natureza ontológica de risco – a segurança sempre existe sobre a forma de risco – o que acontece é que a noção de risco é ampliada para incluir algo mais do que considerações estratégico-militares”. Ademais, justifica-se a passagem ao novo conceito de Segurança Global Multidimensional com o fato de que os novos riscos não são meros cenários, são realidade.

A proposta de Villa, portanto, é superar as duas formas de ampliar o conceito de segurança até então existentes, a saber, a perspectiva parcelada, que concebe esferas autônomas de segurança, e a perspectiva hierárquica, que subordina a segurança ao conceito tradicional de segurança nacional. A idéia é mostrar que a segurança como questão não simplesmente interestatal, mas transnacional, que envolve reciprocidade e, por conseguinte, interdependência, demandando, assim, respostas globais e não unilaterais. Em sua argumentação, elege algumas características genéricas e genéticas, para usar os termos do autor, que traduzem a pertinência do novo conceito de SGM para o pós-Guerra Fria.

PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das idéias desenvolvidas no transcorrer do trabalho, percebemos que dentro do campo da Política Internacional as formas tradicionais de se tratar questões compartilhadas pelos atores no sistema internacional ganham mais complementaridade do que feições contraditórias na realidade atual das Relações Internacionais. Contemporaneamente, torna-se insuficiente, de acordo com uma visão neo-realista, conceber diversos temas unicamente sob um único prisma; a partir disso, conclui-se que as componentes do sistema internacional – política, economia, cultura se mesclam entre si, de acordo com as diretrizes que assumem cada momento histórico-objetivo.

Por um lado, a existência de problemas comuns, conseqüentemente, a necessidade de chegar a um consenso razoavelmente eficaz coloca em evidência a tendência de os Estados institucionalizarem certos valores, regras e normas. Daí ocorre uma aceitação substancial das chamadas leis internacionais tidas como legítimas, que, evidentemente, não se limita às normas jurídicas (cujas adesão mescla os modos de ordenação do sistema e a realidade criada pela

ponderação entre poder, interesse e comunidade), mas também à avaliação dos atos políticos deliberados.

Dentre as novas formas de se fazer política, o recurso ao soft power ou “poder brando” serão fundamentais na consecução dos interesses nacionais em política externa, os quais deverão se pautar pelo seguimento dos regimes internacionais e pela ampliação em termos soft dos ramos diplomáticos, como na diplomacia ambiental e na social, como já percebido no decorrer da política externa brasileira da década de 1990 .

Contemporaneamente, vê-se disseminada a globalização de um ideário referente aos direitos humanos, a defesa da democracia, a proteção do meio ambiente, a regulação do comércio internacional etc. Também há uma pluralidade de atores no cenário internacional além dos Estados, como as organizações internacionais, as ONGs, as grandes corporações multinacionais, a sociedade civil transnacional etc.

O intercâmbio mantido entre globalização, política, economia e cultura enfraquece a base dos argumentos universais da ordem mundial anterior, rezando para que a responsabilidade política acompanhe o processo de enriquecimento econômico. As potências passam a defender efetivamente o desarmamento mundial, intervenções humanitárias, punições a qualquer tipo de violação do Direito Internacional e das necessidades da comunidade internacional.

Um exemplo prático recente da multidimensionalidade das questões internacionais seria o fato do próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas discutir questões ambientais em suas reuniões, como foi visto na reunião *Peace and security: natural resources and conflict*, ocorrida em 25 de junho de 2007. Desta forma, entendemos que o Conselho de Segurança tem confirmado o processo de extrapolação de suas competências e de expansão de sua atuação para outros âmbitos, evidenciando a necessidade premente de alargamento do escopo de atuação desse órgão, uma vez que as ameaças atuais à segurança internacional deixaram de ser puramente militares. Até mesmo a propensão a conflitos internacionais derivados de disputas por recursos naturais tem sido percebida pelo Conselho como uma ameaça à paz e aos princípios imperativos e inderrogáveis de Direito Internacional.

No caso da Organização Mundial do Comércio, as determinações técnicas de qualquer país devem ser aceitas e delimitadas pelo Acordo sobre Barreiras Técnicas (Agreement on Technical Barriers to Trade – TBT) e pelo Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Sanitary and Phytosanitary Agreement – SPS) da OMC, respeitado os princípios gerais de “nação mais favorecida” e do “tratamento nacional”. Nesses termos, não há barreiras técnicas, mas apenas exigências ou requisitos específicos legais e proporcionais a cada contexto.

No caso das exigências técnicas referentes ao meio ambiente, os países devem relembrar o Princípio 12 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Assim sendo,

[...] As medidas de política comercial motivadas por razões ambientais não devem constituir um instrumento de discriminação arbitrária ou injustificada ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. As ações unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da área de jurisdição do país importador devem ser evitadas. As medidas ambientais para lidar com problemas ambientais transfronteiriços ou globais devem, tanto quanto possível, ser baseados num consenso internacional.

Mais além, o teórico Fred Halliday (1999) fez importantes contribuições ao estudo das Relações Internacionais, sobretudo quando se trata do surgimento de novos atores no sistema internacional, como visto em relação à participação da sociedade civil na temática internacionalizada de meio ambiente. Segundo Halliday, o realismo, o transnacionalismo e estruturalismo não são suficientes para explicar com clareza o papel do Estado nas relações internacionais: o primeiro por focar em demasia o papel central do Estado; o segundo por enfatizar os processos e o mercado ao invés dos atores; e o último por focar demais na importância das classes e dar ao Estado um papel somente instrumental.

Nesse sentido, Halliday (1999) questiona o próprio conceito clássico de Estado como ator de maior importância no âmbito internacional ao abrir espaço à importância das questões domésticas. O Estado pode valer-se de questões domésticas para atingir objetivos internacionais (a exemplo, ele pode tratar melhor uma minoria étnica para melhorar sua imagem no âmbito internacional), assim como pode anexar territórios e promover guerras para responder às demandas domésticas (promover mudanças educacionais ou promover industrialização, por exemplo). Diante dessa perspectiva bidimensional sobre a política estatal, vê-se que forças domésticas muitas vezes influenciam a política do Estado e que, assim, outros atores começam a retirar do Estado seu status de ator único.

Nesse contexto, as forças sociais surgem como novos atores das relações internacionais que, muitas vezes, através da formação de lobbies fazem valer interesses privados nas políticas internacionais de esferas econômica, societal e ambiental, entre outras. Segundo Halliday (1999:45), “Por toda parte, a existência da relação Estado-sociedade permite meios alternativos de conduzir as relações internacionais: ela encoraja os Estados e as forças sociais a perseguir políticas internacionais que irão incrementar relativamente as suas posições domésticas”.

Portanto, no debate sobre a influência de atores não-estatais e grupos sociais no poder estatal, nota-se que há um impacto crescente da abordagem de novas temáticas em campos de discussões antes restritos, como por exemplo, a influência de questões étnicas e sociais na esfera

político-econômica e a influência da questão ambiental no campo econômico, encabeçada sobretudo pelas ONGs, como visto, sobretudo, na ECO-92 pela grande atuação e influência das mais de mil ONGs participantes, contribuindo para a redefinição do meio ambiente enquanto elemento estratégico das Relações Internacionais, seja na sua transformação em “alta política”, seja na influência que possui ao redefinir outros âmbitos, como o comércio, os investimentos e mecanismos de integração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUZAN, B.; WAEVER, O. **Security complexes: a theory of regional security** In: *Regions and power: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 40-89.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. New York: Harper Collins, 2001.
- KEOHANE, Robert Owen. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- _____. "International Institutions: two approaches." **International Studies Quarterly**. Vol. 32, nº.4, pp. 379-396, 1998.
- LEPRESTE, Pierre. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2000.
- LISBOA, Marijane Vieira. Em busca de uma política externa brasileira do meio ambiente: três exemplos e uma exceção à regra. In **São Paulo em Perspectiva, São Paulo**, 16 (2), p. 44-52, 2002.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org.) **Coletânea de direito internacional**. 4. ed. ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- MEARSHEIMER, J.J. "The false promise of International Institutions". **International Security**. Vol.19, nº. 3, Winter, 1994-1995. pp. 5-49.
- NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Peace and security: natural resources and conflict,doc.** S/PV.5705 (Resumption 1), 25/06/2007
- NYE Jr, Joseph S. Soft power. **Foreign Policy**. Washington, v.80, p. 153-171, Autumn 1990.
- NYE Jr., Joseph S. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs. 2004
- VILLA, Rafael Antonio Duarte. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1999.